



MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL:

reflexões sobre a formação profissional

Rita de Cássia Barbosa dos Santos¹

Milanca Mancabú²

Maria Elvira Rocha de Sá³

RESUMO:

O trabalho em tela apresentará reflexões acerca da oferta da disciplina Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará, com vistas a compreender a relevância para a formação profissional crítica a partir da incorporação deste conteúdo e do uso da categoria teórico-metodológica da totalidade social para explicação das múltiplas determinações das expressões da “questão social” e dos conflitos entre classes sociais, pontos de partida para apreensão dos Movimentos Sociais e das Lutas Sociais.

Palavras-chave: Graduação em Serviço Social; Movimentos Sociais; Amazônia.

ABSTRACT:

The work on screen will offer reflections on the discipline of Social Movements in Brazil and the Amazon in the Degree in Social Work at the Federal University of Pará, in order to understand the relevance for vocational training criticism from the incorporation of this content and use of theoretical and methodological category of all social explanation for the multiple determinations of the expressions of the "social question" and conflicts between social classes, starting points for seizure of Social Movements and social Struggles.

Keywords: Degree in Social Work, Social Movements; Amazon.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: cassiaufpa@gmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: mmilanca@hotmail.com

³ Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: marel.rdsa@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva fazer uma reflexão teórica acerca da importância do conteúdo programático da disciplina Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA) visando a construção de um projeto de formação acadêmica crítica dos discentes, num contexto de luta pela hegemonia de um projeto ético-político da profissão ancorado nas lutas pela transformação das atuais relações sociais de produção e nos interesses das classes trabalhadoras. Considera-se a relevância da referida disciplina para os fundamentos que norteiam a prática do Assistente Social, a partir da compreensão da totalidade social e do próprio entendimento da essência da sociedade burguesa e da luta de classes como fundamentos histórico-teóricos das expressões da “questão social”⁴.

Carvalho e Iamamoto (2008, p. 77) ressaltam que “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.”⁵

O interesse pela discussão em foco se deu devido à inserção no Estágio Docência, atividade acadêmica obrigatória do Mestrado em Serviço Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, realizada com discentes regularmente matriculados na disciplina Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia ofertada no 3º período letivo da graduação em Serviço Social. A partir desta inserção, pode-se apreender que a referida disciplina lança as bases para a formação acadêmica que privilegia a teoria social crítica, haja vista, a necessidade de explicação das múltiplas determinações da sociedade burguesa, em sua gênese e contemporaneidade, bem como as contradições que permeiam as políticas sociais elaboradas pelo Estado capitalista.

Ressalta-se que a relevância do ensino da referida disciplina norteia-se pela

⁴ Netto (2006b, p. 152) explica que o uso das aspas de dá devido ao fato que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas.

⁵ Iamamoto (2006, p. 27) explica a “questão social” como o conjunto das “expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada por uma parte da sociedade, aumentando ainda mais a segregação, as desigualdades sociais.”



proposição do projeto ético-político da profissão de Serviço Social, que tem sua prática assentada nas expressões da “questão social” e está direcionado para a compreensão do projeto societário capitalista e sua superação para um outro modo de sociabilidade social. Apreende-se que os projetos societários são projetos construídos coletivamente, portanto atendem aos interesses de classes, assim, na sociedade brasileira existem 2 (dois) projetos societários em disputa, o da classe burguesa, que é hegemônico, e o da classe dos trabalhadores, pautado pela luta por equidade, justiça social e liberdade (NETTO, 2006a).

A grade curricular, construída coletivamente, tem como referência a formação de profissionais críticos, haja vista que “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da 'questão social', expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, 1997, p. 60; apud PAULO NETTO, 2006a, p. 151).

Segundo Netto (2006b, p. 151):

Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual [...] a continuidade do processo de renovação profissional exigiu uma atualização da formação acadêmica que, muito corretamente, está ancorando o projeto formativo na intervenção sobre a ‘questão social’.

Daí a relevância da temática aqui debatida, pois a construção do projeto ético-político do Serviço Social constitui-se um processo estratégico para a categoria profissional. Segundo Netto (2006a), os elementos que vem contribuindo para que o projeto ético-político conquiste hegemonia no corpo profissional estão ancorados no crescimento da participação dos profissionais nos espaços de discussão, como fóruns, eventos profissionais e também na descentralização desses espaços em encontros nacionais e regionais; e, principalmente, na sintonia sócio-política entre os interesses da profissão e da classe trabalhadora na sociedade brasileira, levando-o a concluir que: “este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social.” (NETTO, 2006a, p. 18).

Em síntese, em tempos de políticas neoliberais e processos de expropriação dos direitos sociais básicos da classe trabalhadora brasileira, o ensino da disciplina Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia é prioritário como parte do processo de formação profissional, o



que nos leva a concordar com Netto (2006b, p. 19) quando constata que: “no Brasil, tornam-se visíveis os resultados do projeto inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego – e, nesta mesma medida, fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro.”

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

A busca da compreensão acerca do “confronto das forças sociais e a constituição política da sociedade brasileira e as lutas sociais na Amazônia” consiste no eixo principal da ementa da referida disciplina, a partir do qual foram formulados os seguintes objetivos:

1. Identificar as categorias teóricas de classes sociais e movimentos sociais;
2. Apresentar discussões teóricas e experiências históricas relativas à construção de espaços públicos, no Brasil contemporâneo;
3. Identificar manifestações recentes dos movimentos sociais na Amazônia e em Belém;
4. Identificar no Brasil os avanços na proposição de políticas públicas relacionados às lutas dos movimentos sociais e o retrocesso (contra-reforma) na lógica das políticas implementadas recentemente, examinando grandes projetos e projetos urbanísticos na Amazônia e em Belém;
5. Contribuir para uma leitura crítica a respeito das lutas sociais contemporâneas e examinar demandas sócio-profissionais para o Serviço Social pelos movimentos sociais (urbanos e rurais), enfatizando o tema da participação social.

Para alcançar os objetivos acima elencados foram propostas as seguintes temáticas constitutivas do conteúdo programático da disciplina:

1. Classes sociais e movimentos sociais: aspectos conceituais, sujeitos políticos, atores e agentes sociais;
2. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo;
3. Movimentos sociais na Amazônia e em Belém;
4. Políticas Públicas e Movimentos Sociais: análise de avanços e retrocessos, a partir dos impactos gerados por grandes projetos e projetos urbanísticos implementados na Amazônia e em Belém;



5. Demandas sócio-profissionais para o Serviço Social pelos movimentos sociais, com ênfase na participação social.

O pressuposto teórico-metodológico adotado é da contradição capital/trabalho como fundamento da sociedade burguesa, portanto, essência das expressões da “questão social”. Diante disto, é importante ressaltar a luta de classes permanente da sociedade capitalista e os movimentos sociais como expressão das lutas das classes trabalhadoras. Assim, as características dos movimentos sociais dependem do cenário histórico, político e econômico de cada sociedade.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é despojado do produto do seu trabalho, isso caracteriza a relação de exploração prevalente neste modo de produção. Assim, a essência dessa ordem social é a exploração do trabalho pelo capital, pois, segundo Marx (2011, p. 570), “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.”

Segundo Montañó e Durigueto (2011, p. 86), não é no âmbito do mercado e nem da produção que se compreende as determinações das classes sociais na sociedade burguesa, ou seja, “não é pela capacidade de consumo, mas pela função na produção que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social; não é pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riqueza.”

A classe social é considerada como uma categoria propriamente dialética, pois apresenta uma dimensão estrutural que determina sua gênese e simultaneamente contém contradições e formas de enfrentamento que marcam seu movimento (MONTAÑO e DURIGUETO, 2011).

Na sociologia acadêmica, os movimentos sociais se caracterizam como grupos mais ou menos organizados, sob uma liderança determinada ou não que possuem um programa, objetivos e plano comum, baseados numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia e visam um fim específico ou uma mudança social (SHERRER-WARREN, 1987).

Segundo Ilse Scherer-Warren (1987), a partir de 1950, a sociologia acadêmica incorpora a análise marxista dos movimentos sociais, em busca da contribuição dos movimentos sociais na produção transformadora do social e propõe um entendimento dos movimentos sociais a partir da natureza de sua ação para transformação; da natureza de sua dinâmica, ou seja, de sua práxis; de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta



proposta (sua ideologia) e dos condutores do movimento (sua direção ou organização).

Para Gohn (1999), as classes sociais se constituem segundo a posição que os indivíduos ocupam no processo de produção. O modo de produção capitalista repousa sobre a exploração de uma classe por outra, dos que detêm o capital sobre os que detêm apenas a força de trabalho, constituindo-se de um lado, a burguesia e, de outro, o proletariado.

Segundo Gohn (1999), no cenário atual tem-se 2 (dois) modelos de análise de Movimentos Sociais: a culturalista que enfatiza os movimentos sociais no que concerne à identidade cultural, gerando movimentos em torno das questões de sexo, raça, nacionalidade; a classista que enfatiza as estruturas econômicas, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classes. Existe uma terceira tendência que destaca a importância da cultura na construção da identidade de um movimento social, mas concebe estes movimentos segundo lutas, conflitos e contradições. A partir da identificação destes modelos de análise, Gohn (1999, p. 44) conceitua movimentos sociais como:

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflito, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1999, p 44).

Os movimentos sociais geram uma série de inovações nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Portanto os movimentos sociais assumem aspectos próprios do seu tempo histórico. Em tempos de ajustes neoliberais, as demandas dos movimentos sociais são planejadas de acordo com os fenômenos sociais produzidos pela adoção do receituário das políticas neoliberais imposto pelas agências multilaterais (Banco Mundial, BIRD, ONU, etc.).

Deste modo, prega-se o Estado mínimo para as políticas sociais, e o Estado máximo para a mercado financeiro, assim as respostas para expressões da questão social serão orientadas pelos seguintes fundamentos: “desresponsabilização do Estado, desoneração do capital e autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local.” (MONTAÑO e DURIGUETO, 2011, p. 306).



A condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes, e em determinados momentos históricos podem coexistir, noutros caracterizar uma passagem, levando as determinações da classe: a “consciência” e as “lutas” de classes. A consciência é determinada pela realidade social e ela é condição para sua transformação a consciência de classe representa o máximo da consciência possível e inseparável das lutas de classe ela é a condição para uma luta revolucionária, que transcenda a mera reivindicação pontual, elaborando o conhecimento científico dos fundamentos da sociedade que pretende transformar (MONTAÑO e DURIGUETO, 2011).

Ainda conforme Montaño e Durigueto (2011), os chamados novos movimentos sociais surgem principalmente em meados do século XX e têm por vezes objetivos de serem complementos das lutas de classe dos movimentos clássicos (sindicais e trabalhistas que enfrentam o capital para objetivo o imediato de diminuir ou regulamentar a exploração) e, outras vezes, são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, substituindo tais formas de lutas.

Destacam-se 2 (duas) abordagens teóricas na análise dos Novos Movimentos Sociais (NMS), a culturalista e a marxista. Na análise culturalista, “são valorizados os processos sociais relacionadas à dinâmica interna das manifestações coletivas – as novas formas de sociabilidade e valores gerados.” (DURIGUETO e MONTAÑO, 2011, p. 331). Portanto, a partir dessa perspectiva os novos movimentos sociais não se relacionam com as lutas de classes e sim são lutas fragmentadas, como as lutas urbanas, ecológicas, femininas e étnicas.

A abordagem marxista dos NMS, segundo Durigueto e Montaño (2011, p. 335), é influenciada pela emergência dos movimentos sociais urbanos e, de acordo com essa análise, o referido movimento “teria um conteúdo transformador, que se materializa na unificação de seu discurso crítico.”

Portanto, compreende-se, na atualidade, a mudança na constituição dos movimentos sociais, haja vista que, a partir da década de 70 do século XX, são empreendidas diversas lutas particulares que fogem ao movimento social clássico de lutas de classes – o movimento operário – voltadas para manifestações também vinculadas à luta pelos direitos trabalhistas do/as operário/as, às bandeiras e pautas do movimento ambiental, enfim, um conjunto diversificado de movimentos e lutas visibilizadas cotidianamente. Para combater as expressões da “questão social”, agudizadas na contemporaneidade, verifica-se que a “atualidade da 'questão social' se põe, tanto para os assistentes sociais de campo, quanto para aqueles que se ocupam,



especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social.” (NETTO, 2006b, p.152).

Assim, na Amazônia, percebe-se a atuação de movimentos sociais caracterizados por lutas de identidade, luta pela reforma agrária, ou por ramo de atividade produtiva. Com relação aos movimentos sociais rurais na Amazônia vale sublinhar algumas reconfigurações sofridas nos últimos anos. Desse modo, Almeida (2008) mostra que os movimentos sociais são direcionados pela estratégia centrada não mais na conotação política de décadas passadas, associada principalmente ao termo “camponês”. Seu uso cotidiano e difuso converge com a politização das realidades localizadas, ou seja, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana.

Tem-se assim, o Movimento das Quebradeiras do Coco Babaçu, dos pescadores, das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, dos Ribeirinhos da Amazônia, dos peconheiros, castanheiros, piaçabeiros, dos extrativistas, dos caiçaras, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, hoje intitulado Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), dos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara (MABE) e outros que se articularam como resistência às medidas governamentais e contra os impactos provocados por “grandes obras”, sejam elas: rodovias, barragens, gasodutos, oleodutos, minerodutos, bases militares e campos de provas das forças armadas. Acrescenta-se ainda, a União dos Povos Indígenas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos faxinais do Paraná (ALMEIDA, 2008).

Na atualidade, existem, portanto, novas e diversificadas formas de mobilização política, de ação e de estratégias organizativas. Almeida (2008) constata que esta nova conjuntura reflete uma politização da natureza, vinculada à emergência de identidades coletivas, que nos levam a (re)definir a abrangência do significado dos movimentos sociais e das territorialidades específicas que lhes correspondem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diversidade constitutivas dos novos movimentos sociais não se pode perder de vista a perspectiva analítica de classe social, dada a própria essência dos fenômenos



sociais gerados no modo de produção capitalista. Em síntese, é necessário, a partir da teoria crítica, compreender a totalidade social na qual se inserem as lutas sociais, sem perder de vista as novas configurações sociais e os elementos constitutivos dos novos movimentos sociais, buscando-se compreender a complementariedade entre os movimentos sociais clássicos e estes novos movimentos sociais. Na contemporaneidade, com a expropriação das terras indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros povos tradicionais, apresentam-se diversas manifestações e lutas que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento que está em curso na Amazônia. Estas lutas reeditam, no atual momento histórico, disputas já vivenciadas no passado, com a ocupação e expropriação de terras, rios e florestas da Amazônia para a construção de hidrelétricas, rodovias e implantação de grandes projetos econômicos de extração de minérios, do agronegócio e da pecuária extensiva.

Deste modo, a inclusão da disciplina Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia é de extrema relevância para uma formação acadêmica em Serviço Social centrada na compreensão da totalidade social, categoria teórico-metodológica com capacidade analítica e explicativa das determinações econômicas, sociais e políticas dos processos impulsionados por agentes econômicos, políticos e sociais portadores de necessidades e interesses antagônicos e das particularidades dos conflitos e lutas sociais travadas na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Raul de. Iamamoto, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2008;

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 29ª ed. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização



Brasileira, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

SHERRER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais - um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: EDUFSC, 1987.